

(http://oascentralatribuna.com.br/RealMedia/ads/click_lx.ads/atribuna/noticiasdetalhe/254913584/Frame1/default/empty.gif693569686746622b65534d4142307ax)

Presidente da Docas debate plano para dragagem em Brasília

Codesp tenta retomar serviço, suspenso desde fevereiro

DA REDAÇÃO

02/06/2016 - 14:01 - Atualizado em 02/06/2016 - 14:01

A tentativa da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) para garantir a contratação da dragagem de manutenção dos trechos 2, 3 e 4 do canal de navegação do Porto de Santos, que vai do Entreposto de Pesca até a Alemaoa, foi levada à Brasília na quarta-feira (1), segundo a estatal. Nesta quinta-feira (2), representantes da Codesp seguem na capital federal para tratar do assunto.

A Docas tenta incluir o serviço no contrato da dragagem de manutenção do Trecho 1 (região da entrada da Barra de Santos até o Entreposto de Pesca), firmado com a Van Oord Operações Marítimas.

A manobra foi apreciada pelo Conselho de Administração (Consad) da empresa em duas oportunidades. Em abril, foi vetada, pois os conselheiros consideraram que tal medida irregular, por alterar o objeto do contrato. Mas na reunião do órgão realizada na última segunda-feira, ficou sob avaliação, até que seja apoiada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Na quarta-feira (1), pela manhã, o presidente da Codesp, Alex Oliva, o diretor de Engenharia, Antônio de Pádua Andrade, dois advogados da empresa e dois integrantes do Consad estiveram na Secretaria de Portos (SEP). Apesar de extinta pela Presidência da República e ter suas funções assumidas pelo novo Ministério dos Transportes, técnicos da pasta continuam trabalhando no local e ainda não foram transferidos para o órgão. À tarde, foram recebidos no Ministério dos Transportes.

Em entrevista a *A Tribuna*, o diretor de Engenharia da Codesp informou que o grupo apresentou seu planopara retomar a dragagem a executivos das duas pastas e pediu que avaliassem. As primeiras reações foram positivas, disse Antônio de Pádua Andrade.

Hoje, o mesma comitiva terá uma reunião com o setor de Engenharia do TCU, ao qual também pedirá que avalie se a estratégia pode ser adotada.

Segundo Pádua, apesar de tentar aprovar a manobra em Brasília, sua equipe já prepara uma licitação emergencial do serviço. O texto do edital deve ser concluído até sexta-feira.

Prejuízo

A manutenção da profundidade nos trechos 2, 3 e 4 está suspensa desde fevereiro, quando o contrato foi encerrado. A partir de então, o constante assoreamento (deposição de sedimentos) do Porto fez com que o calado operacional de alguns pontos fosse reduzido.

É o caso da área onde está instalada a Brasil Terminal Portuário (BTP), na Alemaoa. Assim, os cargueiros são obrigados a navegar por esta região com menos mercadorias, o que torna a operação mais cara para importadores e exportadores e prejudica as operações da empresa.